

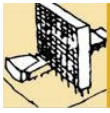
Patrimônio industrial: passado e presente

Leonardo Mello e Silva

A idéia deste curto artigo é chamar atenção para alguns pontos de contato entre o patrimônio industrial e algumas transformações por que têm passado as sociedades contemporâneas, inclusive a nossa. O elo de ligação entre ambos os conjuntos temáticos será a noção de "trabalho".

Quando pensamos imediatamente em patrimônio industrial, pensamos logo em prédios vetustos, máquinas ultrapassadas sem valor comercial, e relíquias materiais e arquitetônicas, algumas com valor artístico de época. Um aspecto menos convencional, mas nem por isso menos evidente, é a possibilidade de, através desse verdadeiro arquivo a céu aberto (se não pensarmos aqui nos achados arqueológicos), estabelecer uma conexão com o tipo de industrialização de um período histórico e do modo de vida da classe trabalhadora correspondente a ele. As vilas operárias, próximas aos prédios das fábricas, ou as company-towns são demonstração desse último interesse, para o investigador. Mas há ainda mais.

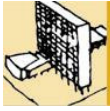
Um aspecto pouco considerado do patrimônio industrial é que ele é um campo de investigação vivo, e não passadista ou morto. Isso porque, não se limita apenas a um conjunto de bens arquitetônicos ou sítios cheios de objetos e partes de objetos interessantes. Uma vez que se detém sobre máquinas, equipamentos, instalações e imóveis onde se processou a produção industrial, o patrimônio industrial é também a recolha e o tratamento de um patrimônio técnico de uma sociedade e de uma comunidade, e esse processo está sempre em transformação. Nesse sentido, o patrimônio industrial permite a elucidação da transmissão de um saber técnico. Ele permite estabelecer, hoje, um elo entre as formas de produzir - o que envolve homens/mulheres e máquinas - e a cultura. Ora, toda a relação de trabalho que envolve o executante e o instrumento envolve também uma reapropriação, por parte do agente, das ferramentas que tem à sua disposição: diante das máquinas, os operadores criam, adaptam, inventam modos, rearranjam o espaço, colocam, por exemplo, um suporte no solo para regular a altura, ou fazem alguma "gambiarra" para tornar a tarefa mais suportável, para "ganhar" algum tempo livre diante de um ritmo imposto... Eles podem inclusive interferir no funcionamento do maquinário - o que é



certamente arriscado, chegando a ocasionar acidentes. O que é de todo modo interessante ressaltar é o papel ativo do operador humano. Portanto, se pensarmos em uma história da tecnologia que incorpore não apenas a máquina ou o equipamento em si, mas a sua distância ou proximidade diante do elemento humano da operação, o patrimônio industrial tem muito a contribuir. O “mapeamento”, nesse caso, teria de se ampliar.

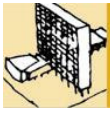
Esse aspecto pouco ou nunca é considerado como também fazendo parte da aquisição do saber técnico, pois em geral a concepção convencional tende a fazer duas distinções bem marcadas: 1ª entre conteúdo formal (os ensinamentos de ciências, matemática, química etc) e o conteúdo empírico, obtido na prática ou trazido de um estoque parental, grupal ou profissional prévio. A 2ª distinção é aquela que separa o elemento humano (trabalho) do elemento material (a máquina). Essas distinções são vistas hoje como bastante limitadoras, mesmo de um ponto de vista econômico ou da produtividade. Mais e mais as firmas modernas estão se dando conta do “saber fazer” do operador e estimulando esse tipo de conhecimento em sua força de trabalho. Autores hoje falam em um “novo profissionalismo” emergindo da crise do modo excessivamente racionalizado de trabalho que concebe o trabalhador como mero executante de tarefas prescritas ou, para dizer numa palavra, como “apertador de parafusos”. Ora este aspecto mostra toda a atualidade do patrimônio industrial, pois esse último pode ajudar a esclarecer os elos entre formas de produzir e o, digamos “em torno” do grupo social historicamente considerado. Cultura e técnica estão, assim, menos distantes do que presume. A arqueologia industrial necessariamente inclui esse aspecto dinâmico da cultura. Agora, para que o elo seja estabelecido, é preciso que os traços e as marcas materiais sejam mantidas, preservadas. Essas marcas devem ser confrontadas com outras fontes, sobretudo o depoimento da população ou seus descendentes que vivenciaram o ambiente em que aquelas fábricas funcionaram. Como foi sugerido, o conhecimento sobre como os e as mulheres criam - mesmo em condições de constrangimento, como é o caso dos operários e operárias - deve ser de nosso interesse não só humano, mas também científico. E não só por razões de preservacionismo, mas também porque eles podem ser úteis para resolver problemas do presente. Uma das justificativas para a volta da discussão sobre cooperativas e autogestão, atualmente, está em que esse movimento traz de volta o ideal típico de certas correntes do século XIX, baseadas em operários profissionais, de ofício, para os quais valia a máxima de que “quem sabe tocar a fábrica são os próprios operadores”, e não os patrões: se esses últimos se virem sozinho com as máquinas, não sai produção alguma!

Essa é uma conexão, longínqua, mas não impossível, entre o que pode ser recuperado da cultura material das fábricas e o presente. Na medida em que a produção se torna hoje em dia crescentemente “imaterial”, uma base para discutir essa provável mudança de paradigmas passa



a ser os próprios achados de uma civilização industrial que sofre drásticas transformações. Até que ponto pode um operário fabril hoje em diante de uma máquina ferramenta de controle numérico, por exemplo, ou um operador diante de um monitor que estabelece minuciosamente o que ele deve fazer, quando e como, dizer que efetivamente "controla" o seu próprio trabalho? Talvez ele possa atuar dentro de certas margens, agir preventivamente, monitorar o risco de cometer um erro, mas muito dificilmente pode afirmar que "controla" o seu trabalho. A relação entre trabalhador e instrumento, essencial para aquele sentimento de obrar algo, um suporte material que ele vai, justamente, conformar, isto é, conferir uma forma, ficou presentemente muito diluído. A relação entre trabalhador e trabalho, mediada que era pelo instrumento (e depois pela máquina, que nada é demais é que o desenvolvimento daquele), está se tornando mais e mais imediata. Isso faz com que assistamos, em um intervalo muito curto de tempo, a uma obsolescência dos meios de produção correspondente à velocidade da sua substituição de equipamentos puramente mecânicos por outros, que começaram a incorporar uma base microeletrônica em seus processos de transmissão. Na verdade, o dinamismo da produção capitalista sempre foi frenético e sempre promoveu mudanças nos instrumentos de trabalho (precisão, tamanho, peso, material, segurança etc.) que afetaram a disposição da força de trabalho em contato com eles. Agora estamos assistindo talvez a uma nova família de instrumentos que aliam o princípio da automatização e o da retroalimentação de operações. Ora, daí decorre uma modificação no espaço físico da fábrica (exigências estritas de limpeza e assepsia, luminosidade, fluxo de transmissão aéreo do produto semi-acabado, levando à necessidade de galpões muito mais altos...), e também na relação do trabalhador com o produto ou o seu instrumento, que muitas vezes "desaparece", devido quer à sua absorção em outra máquina, quer à simples desnecessidade daquela operação diante da racionalização do processo produtivo. Nesse sentido, acompanhar as mudanças na linhagem do maquinário fabril (e do seu ambiente físico construído) é acompanhar uma história da técnica que a insere dentro de uma determinada cultura material.

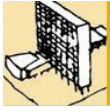
Cultura material - e freqüentemente o é - desprezada pelos próprios agentes que contribuem ou contribuíram para que ela tivesse vigência. Às vezes por interesses econômicos evidentes; às vezes por um misto de ressentimento e orgulho entre os que sofreram em uma posição subordinada o peso daquela cultura. Para o primeiro caso, basta recordar os argumentos que são esgrimidos pelos donos das empresas que querem vendê-las, desfazendo-se de seu patrimônio e para isso depreciando material e simbolicamente tudo o que se relaciona a ela: "para que você se interessa por esse monte de coisa velha: não há nada de interessante lá dentro pra se ver" - é um discurso que pode muito bem estar na boca do incorporador do terreno



que adquiriu a antiga fábrica. No segundo, mais complicado, trata-se dos operários das empresas ou fábricas que desaparecem: sentimentos contraditórios da raiva (pela exploração a que foram submetidos) e regozijo (pela supressão do objeto que causou aquele estado de espírito), ou de melancolia e apreço (pela usura biográfica que está associada ao tempo passado ali) são detectados. Nesses casos, só uma pesquisa mais aprofundada pode deslindar o efeito da cultura material para além do seu raio físico-construtivo. Os vizinhos imediatamente contíguos a uma tradicional fabricada de papel do bairro da Lapa, zona oeste da cidade de São Paulo, nutrem um sentimento de desgosto pela edificação, pois a ela estão associados barulho e poluição; já outros, moradores do mesmo bairro, porém mais longínquos na moradia, manifestaram seu apoio em um abaixo-assinado de mais de mil e duzentas pela preservação do mesmo edifício. Como se vê, o aspecto comunitário, conforme se discutirá mais à frente, é outro componente a se levar em conta na apreciação do patrimônio industrial.

Mas, além dessas conexões algo longínquas, há outras, bem mais próximas. Uma delas é a possibilidade de se estabelecer, por meio de objetos encontrados em sítios industriais, uma periodização mais precisa da industrialização: por exemplo, que materiais eram tanto nas máquinas quanto nos produtos manufaturados? Essas Evidências podem ajudar a construir hipóteses históricas: o esgotamento de certas fontes de matérias-primas, ou então o desenvolvimento de nova força motriz ou princípio propulsor podem explicar a obsolência de certos processos de produção, o deslocamento de fábricas e mesmo crises sociais locais. Estudos comparativos baseados no patrimônio industrial estão a mostrar, por exemplo, que visão acadêmica que estamos acostumados a reproduzir nas escolas sobre a industrialização - largamente depende do exemplo britânico - pode na verdade ser um clichê. Ao invés de basear-se na força motriz do vapor e em grandes concentrações fabris, como foi o caso inglês, outros países (como França e Portugal) passaram pelo mesmo processo à base, porém de energia hidráulica e de uma industrialização difusa e descentralizada. Uma história da industrialização não se faz apenas com arquivos de ficha de empregados, atas de reunião da empresa, relatórios da diretoria, mas também com o maquinário, as instalações, as espécies de produtos manufaturados - até a indumentária dos empregados. Portanto, essa deveria ser uma preocupação, em primeiro lugar, dos agentes da industrialização, isto é, os empresários, uma vez que tomaram parte direta na ativação desse processo social.

Uma coisa é certa: preservar deveria ser uma tarefa urgente dos profissionais de patrimônio industrial, estudiosos e acadêmicos. Por um motivo muito simples: a destruição do bem imóvel é irreversível. Não se pode estudar, nos detalhes que aqui foram expostos, um objeto que literalmente desapareceu e virou pó. Apenas os arqueólogos passam a ter esse privilégio,



IPHAN

INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTÍSTICO
NACIONAL

trabalhando sobre um fragmento que, no entanto, estava há pouco muito próximo de sua inteireza. Mesmo assim, o faseamento cronológico necessário para o trabalho do arqueólogo industrial leva tempo e é preciso, mais uma vez, que os sítios estejam lá, disponíveis. Somente uma consciência cultural das pessoas responsáveis pela política urbana de ocupação do solo pode evitar o imediatismo que informa o planejamento das cidades.

Por fim, gostaria de abordar um último aspecto, estreitamente ligado com o que foi dito logo acima: o papel dos interesses comunitários. Muitas vezes, mesmo sem ser uma agente direto do patrimônio em causa (nem operários, nem empregados, nem patrões), interesses práticos ligados à inserção do bem em um bairro ou cidade passam a ter relevância para a avaliação do seu significado histórico. Para isso é necessário que a população local encare as instalações fabris como parte de sua memória coletiva. As chamadas "vilas operárias" são um caso relativamente mais simples a se identificar, pois as casas têm como destinação precípua os próprios trabalhadores da fábrica. No caso de fábricas incrustadas em bairros, mesmo bairros operários, à medida que as transformações urbanas vão erodindo as identidades originais, os moradores que ficam tendem a perder seus laços com as características sociais que marcavam aquele espaço. Esse é um lado difícil de "apresentar" como um argumento digno de ser levado em conta nos debates sobre patrimônio industrial porque esbarra em conflitos de interesses, conflitos que às vezes convivem dentro de uma mesma pessoa ou família - refiro-me ao conflito entre proprietários de imóveis e a consciência preservacionista como patrimônio identitário. É preciso ter em conta esse problema. Se se quer uma ação efetiva nessa área, é preciso que os poderes públicos assumam um papel pró-ativa, imbuídos de consciência cultural e história, e não usem aquela contradição real como alibi para uma postura resignada diante das dificuldades ou, o que é pior, a omissão.

Leonardo Mello e Silva é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP. E-mail: leomello@usp.br.